

Apresentação

Apresentamos aos leitores o volume 92, nº 1, relativo ao trimestre de janeiro a março de 2026, da *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*.

Abre o volume artigo do Ministro do TST Amaury Rodrigues e da desembargadora aposentada Vólia Bomfim, em que se analisam as inovações introduzidas pela Portaria nº 1.419/2024 do MTE, a qual alterou a NR-1 para incluir os riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos.

O artigo do Ministro do TST Alberto Balazeiro em parceria com Edilson Vitorelli e Raquel Santana objetiva identificar empiricamente as técnicas processuais, os conceitos de “processo estrutural” e as interpretações sobre o “estado de coisas inconstitucional” adotado pelo TST para remediar violações sistêmicas de direitos fundamentais no ambiente de trabalho, bem como os temas mais examinados a partir desse prisma.

Cesar Zucatti analisa em seu texto o fenômeno do trabalho plataformizado, resultante das transformações tecnológicas da indústria 4.0 e os desafios para a sua regulação jurídica.

Almerinda Oliveira, André Studart e Konrad Mota estudam em seu artigo o desenvolvimento e o combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, ressaltando a importância das políticas de incentivo ao comportamento positivo.

O texto de Amauri Cesar Alves tem por escopo compreender a natureza jurídica do trabalho religioso, sobretudo em decorrência das novas normas dos parágrafos 2º e 3º do art. 442 da CLT.

José Marcelo Leal e Beatriz Zanateli procuram em seu artigo identificar qual a interpretação do STF sobre a abrangência territorial da coisa julgada formada em ação coletiva de âmbito regional ou nacional. Nesse sentido, examinam-se comparativamente os acórdãos proferidos nos Temas 499 e 1.075 de repercussão geral, além de decisões posteriores dos tribunais superiores sobre a matéria.

O artigo de Paulo Eduardo Oliveira e Dimiana Souza trata dos impactos da estigmatização da obesidade e do sobrepeso no Direito do Trabalho, identificando instrumentos jurídicos aplicáveis no enfrentamento da gordofobia e propondo avanços normativos.

João Tobias Cunha apresenta-nos artigo acerca das dimensões laborais da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. O autor demonstra como

APRESENTAÇÃO

tal arcabouço filosófico sustenta uma rede de proteção laboral, desde condições de trabalho equitativas até um modelo de desenvolvimento econômico centrado no trabalho digno como direito coletivo.

O texto de Gabriela Sepúlveda Sobrinho trata do papel dos sindicatos na auto-organização e regulação do Direito do Trabalho em face da sociedade contemporânea hipercomplexa.

Alexandre Magno Alvarenga analisa em seu artigo, intitulado “Nanoempreendedorismo e trabalho em plataformas digitais”, se os trabalhadores que laboram em tais plataformas podem ser enquadrados como nanoempreendedores.

Mauricio Salviano aborda em seu texto a confissão ficta do preposto, o indeferimento de prova testemunhal e o (não) cerceamento de defesa, numa análise do Tema 135 do TST, à luz do CPC e da CLT.

O artigo de Elysangela Dickel e Dalton Cusciano analisa, a partir de estudo de caso apreciado pela Justiça do Trabalho, como falhas estruturais de governança corporativa, controladoria e auditoria contribuem para a degradação do meio ambiente do trabalho e para a violação de direitos fundamentais.

Luciano Palhano analisa a trajetória da Previdência brasileira desde a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões e Institutos (IAPs) até a configuração da Seguridade Social na Constituição de 1988.

Fecha esta edição texto de Bruno Milhorato em que se estuda a contratualidade contemporânea do trabalho humano, marcada pela expansão do MEI e de estruturas unipessoais como a SLU, propondo um critério dogmático para a qualificação jurídica de vínculos na fronteira entre Direito do Trabalho e Direito Empresarial.

Desejamos a todos uma excelente leitura, na expectativa de que os textos apresentados possam contribuir para promover reflexões e divulgar conhecimento na área trabalhista.

A Comissão Editorial